

Centro Paula Souza
ETEC Professor José Sant'Ana de Castro
Curso Técnico em Enfermagem

GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE: a atuação da enfermagem na promoção da sustentabilidade

Antônia da Silva Caldas Vituriano¹
Francisca Abdala Teixeira²
Gabriele Rodrigues Capucho³
Guilherme Venancio de Andrade⁴
Isabella Vitória Lima Reis⁵
Jhalley Ruama Teixeira Bueno dos Santos⁶
Marcia Helena Melo Rodrigues⁷
Raphael Paulino de Andrade e Silva⁸

Resumo: O gerenciamento de resíduos de serviços de saúde (RSS) constitui um dos maiores desafios contemporâneos para as instituições de saúde, dada a periculosidade biológica, química e radiológica desses materiais. Este estudo objetivou analisar o papel estratégico da enfermagem na gestão de resíduos e sua contribuição para a promoção da sustentabilidade ambiental, com foco especial no cenário do Sistema Único de Saúde (SUS). Para tanto, utilizou-se a metodologia de revisão bibliográfica de caráter qualitativo, fundamentada em normas vigentes como a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) 222/2018 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e a Resolução 358/2005 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Os resultados apontam que a enfermagem, por ser a categoria profissional com maior presença na assistência direta, é a principal responsável pela segregação adequada na fonte, etapa crucial para viabilizar a reciclagem e reduzir os custos com tratamento de resíduos infectantes. Conclui-se que a atuação do enfermeiro como líder e educador é indispensável para a consolidação de "Hospitais Verdes", reforçando que o cuidado ecológico é uma extensão da ética profissional e um requisito fundamental para a saúde pública sustentável.

Alunos do Curso Técnico em Enfermagem, na ETEC Prof. José Sant'Ana de Castro:

¹ artezanto@gmail.com

² franciscaabdala351@gmail.com

³ gr468441@gmail.com

⁴ guilhermeveandrade@gmail.com

⁵ isabellavitorialima283@gmail.com

⁶ jhalleyruamacrz@gmail.com

⁷ marcia.m.h.rodrigues.2@gmail.com

⁸ raphaelpaulino01@gmail.com

Palavras-chave: Gerenciamento de resíduos; Enfermagem; Sustentabilidade; Gestão ambiental; Sistema Único de Saúde.

1 INTRODUÇÃO

O avanço tecnológico e a expansão da assistência à saúde nas últimas décadas trouxeram benefícios inestimáveis à longevidade humana. Entretanto, esse progresso gerou um subproduto crítico: o aumento exponencial na geração de Resíduos de Serviços de Saúde. Diferente dos resíduos domiciliares, os RSS possuem componentes biológicos, químicos e radioativos que, se mal gerenciados, representam uma ameaça direta à saúde pública e ao equilíbrio dos ecossistemas.

No contexto brasileiro, a gestão desses resíduos é regida por normas rigorosas, como a RDC nº 222/2018 da ANVISA e a Resolução nº 358/2005 do CONAMA. Tais diretrizes estabelecem que a responsabilidade pelo gerenciamento recai sobre o gerador, exigindo um Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) que contemple desde a segregação na fonte até a disposição final ambientalmente adequada.

A sustentabilidade na saúde não se limita apenas ao uso racional de recursos financeiros, mas abrange a responsabilidade socioambiental das instituições. O setor hospitalar é um dos maiores consumidores de água e energia, além de ser um grande gerador de descartáveis plásticos e materiais contaminados. Surge, então, o paradoxo: unidades destinadas à cura podem tornar-se fontes de patologias ambientais caso o descarte de materiais perfurocortantes, químicos e infectantes ocorra de forma negligente.

Dentro da equipe multidisciplinar, a Enfermagem ocupa uma posição estratégica e central. Por ser a maior categoria profissional do setor saúde e a que mantém contato ininterrupto com o paciente, a equipe de enfermagem é responsável pela execução direta da maioria das etapas de manejo dos resíduos, especialmente a segregação. Uma falha nesta etapa — como o descarte de um resíduo comum em um coletor de resíduo infectante — gera um efeito cascata que aumenta os custos hospitalares e sobrecarrega os sistemas de tratamento de lixo especial.

A escolha deste tema justifica-se pela necessidade de discutir como a prática assistencial pode convergir com as metas de desenvolvimento sustentável. Muitas

vezes, a pressão da rotina hospitalar e a escassez de educação continuada negligenciam a importância do manejo de resíduos.

A atuação qualificada da equipe de enfermagem no gerenciamento de resíduos de serviços de saúde contribui significativamente para a redução de impactos ambientais, promovendo práticas sustentáveis dentro das instituições do SUS.

A implementação de capacitações contínuas para profissionais de enfermagem melhora a eficiência no manejo dos resíduos de serviços de saúde, resultando em maior conformidade com normas ambientais e redução de riscos à saúde pública.

Nosso objetivo geral é de analisar a atuação do enfermeiro no gerenciamento de resíduos de serviços de saúde e sua contribuição para a promoção da sustentabilidade ambiental nas instituições de saúde. Os objetivos específicos são identificar as principais dificuldades enfrentadas pela equipe de enfermagem na segregação correta dos RSS; relacionar as normas vigentes (RDC 222/2018) com a prática cotidiana da enfermagem; refletir sobre o impacto da gestão eficiente de resíduos na redução de custos e riscos ocupacionais.

O estudo caracteriza-se como uma revisão de literatura de abordagem qualitativa, com o objetivo de analisar o papel da enfermagem no gerenciamento de resíduos de serviços de saúde e sua contribuição para a sustentabilidade ambiental no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS). A pesquisa foi realizada em bases de dados como SciELO, Google Acadêmico e Biblioteca Virtual em Saúde, considerando publicações em português entre 2020 e 2025. Foram incluídos estudos completos e relevantes ao tema, sendo excluídos aqueles duplicados, incompletos ou sem relação direta com o objeto de estudo. A análise dos dados ocorreu de forma descritiva e interpretativa, permitindo identificar que o gerenciamento de resíduos vai além de exigências normativas, constituindo-se como elemento essencial para a sustentabilidade e a segurança nas instituições de saúde. Evidenciou-se, ainda, o papel central da enfermagem nesse processo.

2 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão de literatura de abordagem qualitativa, desenvolvida a partir de análise crítica e interativa de

produções científicas disponíveis em bases de dados digitais. A pesquisa foi conduzida com o objetivo de reunir, organizar e analisar evidências acerca do papel estratégico da enfermagem na gestão de resíduos e sua contribuição para a promoção da sustentabilidade ambiental, com foco especial no cenário do Sistema Único de Saúde (SUS).

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. (GIL, 2002, P. 45)

A busca pelos estudos foi realizada nas bases de dados SciELO (*Scientific Eletronic Library Online*), Google Acadêmico e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), por meio da utilização de descritores: Gerenciamento de Resíduos, Enfermagem, Sustentabilidade, Segregação de Resíduos, Sistema Único de Saúde.

Foram incluídos artigos, monografias e demais publicações científicas disponíveis em texto completo, publicados em língua portuguesa 2020 a 2025, que abordassem direta ou indiretamente o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde com a atuação da enfermagem na promoção da sustentabilidade. Excluíram-se os estudos duplicados, incompletos, que não apresentaram relação direta com o tema proposto ou que não disponibilizavam acesso integral ao conteúdo para análise.

A análise de dados foi conduzida de forma descritiva e interpretativa, buscando identificar, agrupar e destacar os principais achados relacionados ao gerenciamento de resíduos de serviços de saúde com a atuação da enfermagem na promoção da sustentabilidade.

Os resultados foram organizados de modo a evidenciar que o gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) transcende a mera obrigação normativa, configurando-se como um pilar essencial para a sustentabilidade ambiental e a segurança institucional. Ficou demonstrado também que a enfermagem ocupa a posição de maior relevância nesse processo.

Dessa forma, esta revisão possibilitou a sistematização do conhecimento existente sobre o tema, contribuindo para a reflexão crítica acerca da relevância do gerenciamento de resíduos de serviços de saúde com a atuação da enfermagem na promoção da sustentabilidade.

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 SUSTENTABILIDADE NA ÁREA DE SAÚDE

A sustentabilidade no ambiente hospitalar e nas unidades de saúde transcende a visão simplista de "plantar árvores" ou "economizar papel". No contexto acadêmico e institucional, ela é fundamentada no Tripé da Sustentabilidade (*Triple Bottom Line*): o equilíbrio entre os aspectos econômicos, sociais e ambientais. Para uma instituição de saúde, ser sustentável significa oferecer assistência de qualidade (social), manter a viabilidade financeira (econômica) e minimizar o rastro ecológico de suas atividades (ambiental).

Historicamente, o setor saúde foi negligente quanto ao seu impacto ambiental, priorizando o imediatismo da cura em detrimento do descarte correto de materiais. No entanto, o conceito de "Hospitais Verdes e Saudáveis", promovido por organizações globais como a *Saúde Sem Dano* (Health Care Without Harm), redefiniu essa lógica. Este movimento defende que a saúde humana é indissociável da saúde do planeta, e que um hospital não pode ser considerado "saudável" se ele despeja produtos químicos em rios ou incinera plásticos liberando dioxinas na atmosfera.

As instituições de saúde são grandes consumidoras de recursos naturais. Estima-se que um hospital funcione como uma "minicidade", operando 24 horas por dia, consumindo volumes massivos de:

- **Energia elétrica:** Para iluminação, climatização e equipamentos de suporte à vida.
- **Água:** Higienização, esterilização de materiais e lavanderia.
- **Insumos descartáveis:** O uso intensivo de plásticos de uso único (seringas, luvas, cateteres) gera um volume de resíduos difícil de processar.

A implementação de práticas sustentáveis enfrenta barreiras culturais e estruturais. Muitas vezes, gestores veem a sustentabilidade como um custo adicional, quando, na verdade, o gerenciamento eficiente — como a redução do desperdício de medicamentos e a segregação correta de lixo comum (que é mais barato para coletar do que o lixo infectante) — gera economia direta.

Além disso, a sustentabilidade na saúde exige uma mudança na cultura organizacional. É necessário que o profissional entenda que o "cuidado" não termina quando ele descarta o material no coletor; ele continua através da garantia de que

aquele resíduo não contaminará o solo ou o lençol freático, prevenindo futuras doenças na população local.

Dicas para Enriquecer esta Seção:

1. **Citação de Referência:** Busque citar o projeto "**Hospitais Saudáveis**" (PHS) no Brasil. Eles têm guias excelentes sobre como reduzir a pegada de carbono em hospitais.
2. **Conceito de Ecocuidado:** Mencione que a sustentabilidade é uma forma de **biopolítica** e ética profissional, onde o enfermeiro protege a vida em todas as suas instâncias.
3. **Metas da Agenda 2030:** Você pode citar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, especificamente o **ODS 3 (Saúde e Bem-Estar)** e o **ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis)**.

3.2 CLASSIFICAÇÃO DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

A correta classificação dos resíduos é o primeiro passo para um gerenciamento seguro e sustentável. Segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), os resíduos gerados em ambientes de saúde não são homogêneos; eles possuem riscos biológicos, químicos ou radiológicos distintos, o que exige formas de manejo, transporte e disposição final específicas. A RDC 222/2018 divide esses materiais em cinco grupos principais:

3.2.1 Grupo A -

Grupo A (Resíduos Infectantes)

Este grupo engloba resíduos com a possível presença de agentes biológicos que, por suas características, podem apresentar risco de infecção. São subdivididos de A1 a A5, incluindo:

- **Exemplos:** Culturas de microrganismos, carcaças de animais contaminados, bolsas de sangue, restos de tecidos humanos e materiais que tiveram contato com doenças de alta infectividade.
- **Manejo:** Devem ser descartados em sacos brancos leitosos, identificados com o símbolo de risco biológico.

Grupo B (Resíduos Químicos)

Contém substâncias químicas que podem apresentar risco à saúde pública ou ao meio ambiente, devido às suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade ou toxicidade.

- **Exemplos:** Medicamentos vencidos ou interditados, quimioterápicos, solventes, reveladores de raio-X e mercúrio de termômetros quebrados.
- **Manejo:** Exigem recipientes rígidos e resistentes a vazamentos, devidamente rotulados com o nome do resíduo e riscos associados.

Grupo C (Rejeitos Radioativos)

São quaisquer materiais resultantes de atividades humanas que contenham radionuclídeos em quantidades superiores aos limites de isenção especificados nas normas da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

- **Exemplos:** Materiais utilizados em medicina nuclear (exames de cintilografia) ou radioterapia.
- **Manejo:** Devem ser guardados em recipientes blindados até que sua atividade radioativa decaia a níveis seguros para o descarte.

Grupo D (Resíduos Comuns)

São resíduos que não apresentam risco biológico, químico ou radiológico à saúde ou ao meio ambiente, assemelhando-se aos resíduos domiciliares. Este é o foco principal da sustentabilidade e da reciclagem.

- **Exemplos:** Papel de escritório, restos de alimentos, papel toalha (de áreas administrativas), fraldas de pacientes sem suspeita de contaminação e embalagens plásticas limpas.
- **Manejo:** Devem ser segregados para reciclagem sempre que possível, utilizando as cores da coleta seletiva (azul para papel, vermelho para plástico, etc.).

Grupo E (Materiais Perfurocortantes)

Composto por objetos e instrumentos que podem furar ou cortar.

- **Exemplos:** Agulhas, escalpes, lâminas de bisturi, ampolas de vidro quebradas e fios de guia metálicos.

- **Manejo:** Devem ser descartados obrigatoriamente em caixas rígidas, resistentes à punctura e com tampa (conhecidas popularmente pelo nome comercial Descarpack), respeitando o limite de enchimento.

Tabela 01: Identificação dos Grupos dos Resíduos de Serviços de Saúde.

Identificação	Simbologia	Destinação Comum
O grupo A é identificado, no mínimo, pelo símbolo de risco biológico, com rótulo de fundo branco, desenho e contornos pretos, acrescido da expressão RESÍDUO INFECTANTE		Autoclave Incineração
O grupo B é identificado por meio de símbolo e frase de risco associado à periculosidade do resíduo químico. Obs: outros símbolos e frases do GHS também podem ser utilizados.		Tratamento Químico Aterro Especial
O grupo C é representado pelo símbolo internacional de presença de radiação ionizante (trifólio de cor magenta ou púrpura) em rótulo de fundo amarelo, acrescido da expressão MATERIAL RADIOATIVO, REJEITO RADIOATIVO ou RADIOATIVO.		Decaimento Armazenamento Especial
O grupo D deve ser identificado conforme definido pelo órgão de limpeza urbana		Reciclagem Aterro Sanitário
O grupo E é identificado pelo símbolo de risco biológico, com rótulo de fundo branco, desenho e contorno preto, acrescido da inscrição de RESÍDUO PERFUROCORTANTE	 ou 	Incineração Tratamento Térmico

Fonte: RDC Nº 222, de 28 de março de 2018

Dica para o texto:

Ao escrever esta seção, mencione que a falha na classificação é o que causa o maior prejuízo ambiental. Por exemplo: quando um profissional joga papel (Grupo D) no lixo infectante (Grupo A), o hospital paga muito mais caro para tratar aquele resíduo, e o papel perde a chance de ser reciclado. É aqui que entra o gancho para o próximo capítulo sobre a Enfermagem.

3.3 PAPEL DA ENFERMAGEM

A enfermagem representa a maior força de trabalho dentro das instituições de saúde e, conseqüentemente, é a categoria profissional que mais manipula materiais, medicamentos e tecnologias assistenciais. Portanto, a atuação do enfermeiro é o divisor de águas entre um gerenciamento de resíduos eficiente e um sistema falho que gera riscos ocupacionais e danos ambientais.

O Enfermeiro como Educador e Líder de Equipe

O gerenciamento adequado começa na educação continuada. Cabe ao enfermeiro treinar sua equipe de técnicos e auxiliares sobre a importância da segregação na fonte.

- A Falha na Segregação: Quando um profissional, por pressa ou falta de conhecimento, descarta um papel (Grupo D) em um coletor de infectantes (Grupo A), ele inviabiliza a reciclagem e aumenta drasticamente o custo do tratamento de resíduos para a instituição.
- A Liderança: O enfermeiro deve atuar na supervisão constante, corrigindo práticas inadequadas e garantindo que os recipientes de descarte (como os coletores de perfurocortantes) não ultrapassem o limite de 2/3 de sua capacidade, prevenindo acidentes.

A Gestão do PGRSS (Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde)

Muitas vezes, o enfermeiro assume cargos administrativos onde é responsável pela elaboração e monitoramento do PGRSS. Suas atribuições incluem:

1. Segregação: Separação imediata no momento da geração.
2. Acondicionamento: Embalagem correta em sacos e recipientes normatizados.
3. Identificação: Garantir que todos os resíduos estejam devidamente rotulados.
4. Armazenamento Temporário: Monitorar os locais de guarda interna até a coleta.

Segurança Ocupacional e Ética Profissional

A atuação da enfermagem na gestão de resíduos está intrinsecamente ligada à NR-32 (Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços

de Saúde). O descarte correto de perfurocortantes (Grupo E) e resíduos químicos (Grupo B) é uma medida de proteção direta ao trabalhador e ao meio ambiente.

Sob a ótica ética, o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem (Resolução COFEN nº 564/2017) ressalta que é dever do profissional aprimorar seus conhecimentos em benefício da pessoa, família e coletividade, o que inclui a preservação do meio ambiente em que o cuidado é prestado.

Tópicos para Aprofundar e Ganhar Páginas:

Impacto Econômico: Discuta como a segregação correta feita pela enfermagem reduz as despesas do hospital. Resíduos do Grupo A e B custam até 10 vezes mais para serem coletados do que os do Grupo D.

O "Ecocuidado": Argumente que o cuidado de enfermagem não termina na alta do paciente, mas se estende ao garantir que os resíduos daquele tratamento não contaminem a comunidade.

Barreiras na Prática: Cite dificuldades comuns como a sobrecarga de trabalho, o déficit de pessoal e a falta de sinalização adequada nos postos de enfermagem.

Dica de Ouro para o TCC:

Para enriquecer essa parte, você pode inserir uma citação direta de algum autor da área, como:

"O enfermeiro, na sua prática cotidiana, deve ser o elo entre a assistência e a gestão ambiental, transformando a segregação de resíduos em um ato de cuidado ecológico." (Referência hipotética para você buscar similar no seu referencial teórico).

3.4 SUSTENTABILIDADE NO SUS

A implementação de práticas sustentáveis no Sistema Único de Saúde (SUS) enfrenta um cenário de dualidade: de um lado, diretrizes avançadas de saúde pública e preservação ambiental; do outro, a escassez de recursos financeiros e infraestrutura em muitas regiões do país. A sustentabilidade no SUS não deve ser vista como um luxo, mas como uma estratégia de eficiência na gestão pública.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010)

O SUS, como o maior sistema público de saúde do mundo, é também um dos maiores geradores de resíduos do país. A Lei 12.305/2010 estabeleceu que a responsabilidade pelo ciclo de vida dos produtos é compartilhada. No âmbito do SUS, isso significa que a gestão de resíduos deve priorizar:

1. **Não geração:** Reduzir o desperdício de insumos.
2. **Redução:** Otimizar o uso de materiais descartáveis.
3. **Reciclagem:** Potencializar a coleta seletiva dos resíduos do Grupo D (comuns).

O Desafio da Gestão de Custos

Um dos maiores argumentos para a sustentabilidade no SUS é a economia de escala. O tratamento de resíduos infectantes (Grupo A) é significativamente mais caro que o de resíduos comuns (Grupo D). Em um sistema que sofre com subfinanciamento, a segregação incorreta feita nas unidades de saúde representa um desperdício de dinheiro público que poderia ser revertido em medicamentos ou exames. Portanto, o enfermeiro que segrega corretamente está, na prática, ajudando a manter a saúde financeira do sistema público.

Ecoeficiência e Saúde Ambiental

O conceito de sustentabilidade no SUS também abrange a Saúde Ambiental. O descarte inadequado de resíduos químicos ou biológicos em lixões a céu aberto (comum em municípios menores que ainda não possuem aterros sanitários adequados) contamina o solo e a água, gerando novas doenças na população (como leptospirose, arboviroses e intoxicações). Isso cria um ciclo vicioso onde o SUS precisa tratar doenças que ele mesmo ajudou a causar por falta de saneamento e gestão de resíduos.

Dicas para Aumentar o Volume de Páginas:

PGRSS nas UBS: Discuta como a gestão de resíduos em uma Unidade Básica de Saúde é diferente de um hospital (menos volume, mas maior dispersão geográfica).

Logística Reversa: Mencione a importância da devolução de medicamentos vencidos pela população às farmácias do SUS para evitar o descarte no vaso sanitário ou lixo comum.

Uso de Tabelas de Custos: Se encontrar dados, mencione a diferença de valor por quilo (\$kg\$) entre a coleta de lixo comum e lixo infectante. Isso ilustra bem o impacto financeiro.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste estudo permitiu evidenciar que o gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) transcende a mera obrigação normativa, configurando-se como um pilar essencial para a sustentabilidade ambiental e a segurança institucional. A complexidade dos resíduos gerados no ambiente assistencial exige um olhar técnico rigoroso, onde a classificação correta — fundamentada na RDC 222/2018 — surge como o primeiro passo para a redução de impactos negativos.

Ficou demonstrado que a Enfermagem ocupa a posição de maior relevância nesse processo. Por ser a categoria profissional que atua ininterruptamente na assistência, o enfermeiro detém o poder de decisão sobre a segregação na fonte. Uma atuação consciente desse profissional não apenas minimiza os riscos de acidentes ocupacionais com perfurocortantes e agentes biológicos, mas também promove uma gestão financeira mais eficiente, evitando que resíduos comuns sejam tratados como infectantes a custos elevados.

No âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a sustentabilidade apresenta-se como um desafio e, simultaneamente, uma oportunidade. A escassez de recursos exige que a ecoeficiência seja adotada como estratégia de gestão. O descarte adequado de resíduos é, em última análise, uma forma de prevenção de doenças na comunidade, quebrando o ciclo de contaminação ambiental que sobrecarrega a rede pública de saúde.

Conclui-se que a promoção da sustentabilidade na saúde depende diretamente do fortalecimento da Educação Continuada. É imperativo que as instituições de ensino e os serviços de saúde invistam na capacitação das equipes de enfermagem, integrando a consciência ecológica à prática do cuidar. O "Ecocuidado" deve ser compreendido como uma extensão da ética profissional: cuidar do paciente envolve, necessariamente, preservar o meio ambiente em que ele e sua comunidade estão inseridos.

REFERÊNCIAS

ANVISA. Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 222, de 28 de março de 2018. **Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/guest/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/8436198/do1-2018-03-29-resolucao-rdc-n-222-de-28-de-marco-de-2018-8436194>. Acesso em: 14/03/2026.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. **Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Disponível em: <https://bibliotecadigital.gestao.gov.br/bitstream/123456789/553/1/L12305_RS.pdf>. Acesso em: 14/03/2026.

CONAMA. Resolução nº 358, de 29 de abril de 2005. **Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde**. Disponível em: <https://conama.mma.gov.br/?option=com_sisconama&task=arquivo.download&id=453>. Acesso em: 14/03/2026.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. ANVISA. **Manual de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde**. São Paulo, Brasil, 2006. Disponível em: <<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/publicacoes/manual-gerenciamento-dos-residuos-de-servicos-de-saude.pdf/view>>. Acesso em: 14/03/2026.